



Qual comunicação? Uma reflexão sobre cidadania e novas tecnologias¹

Karen TEROSI²

Camila Alves Ribeiro Paes LEME³

Instituto de Ensino Superior de Rio Verde/ Faculdade Objetivo

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão sobre as relações entre comunicação e cidadania, no contexto de expansão e desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação. Para isso, utilizamos as ideias de Dominique Wolton, que considera ser importante observar a noção normativa e a dimensão cultural da comunicação para avaliar qualquer mudança que uma nova tecnologia introduz. Pensando na cidadania como um conjunto de direitos e a possibilidade de lutar por sua ampliação, a comunicação que a atenda não é mera expressão de demandas, mas a negociação da convivência, a partir da sensibilização do “outro” para tais demandas. Essa noção, e não simplesmente a performance técnica, serve para avaliar se a comunicação por meio das novas tecnologias concorre para o fortalecimento da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; cidadania; novas tecnologias

A pesquisa, da qual este artigo representa somente a fase inicial, tem como objetivo geral compreender as implicações para a cidadania das interações realizadas nas redes sociais conectadas pela internet. Motivadas pela observação da grande quantidade dessas interações que ocorrem a partir de postagens de temas da cidadania (principalmente sobre direitos de minorias), nos propomos neste artigo a discutir algumas noções teóricas que oferecem subsídios para posteriores análises do fenômeno. Admitindo-se que as interações nas redes sociais constroem um espaço de disputa simbólica, em que se expressam diferentes representações sociais, pode-se inferir que tais interações se inserem no que chamamos de esfera pública. A esfera pública, na concepção normativa de Habermas (1984), é o *locus* em que se processam diferentes discursos da sociedade sobre assuntos de interesse público, produzindo a opinião pública, que pressiona os poderes formais na democracia. A esfera pública constitui,

¹ Trabalho apresentado no DT 5 – Rádio, TV e Internet do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013.

² Professora do curso de Comunicação Social – Jornalismo, no Instituto de Ensino Superior de Rio Verde/ Faculdade Objetivo (Rio Verde-GO). E-mail: karenterossi@gmail.com

³ Professora dos cursos de Comunicação Social, no Instituto de Ensino Superior de Rio Verde/ Faculdade Objetivo (Rio Verde-GO). E-mail: camila@faculdadeobjetivo.com.br



desse modo, um instrumento de vinculação entre representantes e representados em uma democracia, que se realiza por meio da comunicação.

Cabe questionar, então, que comunicação está sendo realizada nas redes sociais. Uma vez que a qualidade desses processos comunicativos influencia na construção da opinião pública sobre assuntos de interesse público, como os temas da cidadania, é importante analisar a comunicação estabelecida por essas interações virtuais.

Para iniciar nossas pesquisas sobre redes sociais e cidadania, propomos neste artigo uma discussão sobre informação e comunicação na internet, baseada principalmente no pensamento de Dominique Wolton (2004, 2006, 2007, 2011). Ao longo dessa revisão teórica, tecemos considerações sobre as implicações de tais ideias no estudo das relações entre cidadania e as novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC), especialmente a internet.

Comunicação e novas tecnologias

Informação e comunicação são elementos-chave nas disputas por poder e lutas sociais pela ampliação da cidadania, uma vez que contribuem para a construção das representações sobre a realidade que, em algum nível, podem influenciar a produção das decisões políticas.

Apesar disso, segundo Wilson Gomes (2005), a partir de algumas frustrações com o jornalismo e os meios de comunicação de massa em geral, houve uma perda de esperança na informação e na comunicação pelos pesquisadores, que agora se renova, de certa forma, com a expansão da internet. Existe, de acordo com ele,

uma volumosa bibliografia interessada basicamente nas novas práticas e renovadas possibilidades, para a política democrática, que emerge da nova infra-estrutura tecnológica eletrônica proporcionada por computadores em rede e por um sem-número de dispositivos de comunicação e de organização, armazenamento e oferta de dados e informações on-line (GOMES, 2005, p. 215).

Entretanto, a “revolução” nas comunicações de que se fala hoje é um fenômeno considerado por Wolton (2007) como minoritário, ainda que crescente nas discussões acadêmicas e no discurso de outros atores sociais. De fato, se tomarmos como parâmetro o acesso à internet no mundo, observa-se que a maioria está “desconectada”.



Segundo dados publicados em 2013⁴, no mundo todo existem em torno de 2,7 bilhões de usuários da internet, que representam somente 39% da população total. Obviamente esse número representa um grande avanço em relação ao pouco mais de 10% de penetração da tecnologia em 2000, mas não podemos criar expectativas de que o crescimento continue nesse ritmo, já que entre os mais de 60% restantes da população, a maioria está em países subdesenvolvidos. A penetração social da internet na África e em partes do centro e sudeste da Ásia é exígua e as expectativas de que isso mude em curto prazo esbarram na situação de miséria e pobreza dessas regiões. No caso da África, por exemplo, somente 16% da população têm algum tipo de acesso à internet.

No Brasil, de acordo com levantamento de 2011⁵, os usuários de internet somam 45% da população⁶, sendo que somente 38% dos domicílios possuem algum tipo de conexão com a internet. Cabe ressaltar que essa pesquisa indica ainda um acesso muito desigual entre as regiões do país, que possivelmente reflete as condições socioeconômicas de sua população e a infraestrutura disponível. No Sudeste, por exemplo, a taxa de acesso domiciliar chega a 49%, enquanto no Nordeste é de apenas 21%.

Além disso, entre as pessoas que já usaram a internet, Éric Maigret (2010) lembra que os “desistentes” são uma realidade estatisticamente comprovada. Somam-se a eles os “usuários fracos” que subutilizam a internet, por usarem pouquíssimos recursos entre os disponíveis pela rede. Para usar a internet, segundo este autor, é preciso ter traquejo tecnológico, familiaridade com os instrumentos, com as rotinas cognitivas e até mesmo certo conhecimento da língua inglesa, competências e habilidades que estão longe de serem universais.

Mas em que, então, consistiria essa revolução, se é que ela existe? À revolução tecnológica atual corresponde uma revolução na comunicação? Para tentar responder a essas perguntas, percorremos as ideias de Wolton (2004, 2006, 2007, 2011), selecionando seu conceito de comunicação e as quatro dimensões que ele considera relevantes para seu estudo.

De acordo com o autor, a comunicação, em sua dimensão normativa, é uma aspiração humana que remete ao fundamento de sua experiência, uma vez que significa inicialmente comunhão, partilha. Acrescenta-se a isso, o fato de que o modelo cultural

⁴ Dados publicados pela União Internacional de Telecomunicações, que é uma agência da Organização das Nações Unidas dedicada a temas relacionados às Tecnologias da Informação e Comunicação. Disponível em: <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2013.pdf>, acesso em mar. 2013.

⁵ Dados do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação, ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2011-total-brasil/index.htm>, acesso em mar. 2013.

⁶ São considerados “usuários” os indivíduos que tiveram acesso à internet ao menos uma vez nos últimos três meses.



do ocidente tem a comunicação como um “princípio de organização de relações sociais menos hierárquicas” (Id. 2004, p.59). De fato, a valorização do indivíduo e a garantia da liberdade e do direito à expressão são condições fundamentais de uma comunicação intersubjetiva efetiva.

Habermas também indica um papel central à comunicação na democracia, que representa o modo pelo qual se evita que o tratamento de questões coletivas seja feito com base no autoritarismo. Como expoente das teorias sobre democracia deliberativa, Habermas propõe a que definição dos problemas e proposta de soluções sejam baseadas na intersubjetividade, no diálogo.

A inclusão da perspectiva dos atores da sociedade civil no debate público, ampliando a definição dos problemas sociais, demanda um compartilhamento do saber social para tratar de problemas complexos, que não podem ser resolvidos sem a cooperação coletiva (HABERMAS, 1997b, p. 18).

Concentrando suas expectativas na pressão da opinião pública sobre as esferas institucionais do poder político, Habermas formulou, na década de 1960, o importante conceito de “esfera pública”, que designa o espaço de disputa por sentido entre os atores sociais, sobre assuntos de interesse da coletividade. De acordo com ele, a esfera pública é uma espécie de fórum para onde se dirigem os indivíduos “a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública” (HABERMAS, 1984, p. 40).

Apesar de ter uma abordagem diferente de Habermas, Wolton também considera a comunicação um elemento central na sociedade democrática e no que ele chama de “sociedade individualista de massa” (Id. 2004, 2007, 2011), aquela em que dois valores contraditórios tentam ser articulados: a liberdade e a igualdade. Para Wolton (2011), a comunicação nessa sociedade caracterizada pela instabilidade está relacionada normativamente à convivência e ao laço social. Enquanto os laços sociais hoje estão cada vez mais dinâmicos e frágeis, o objetivo de convivência associado à comunicação ajuda a renovar a reflexão e a prática desses laços. Para o autor, “a convivência é o símbolo de uma perspectiva normativa voltada para manter associados valores e dimensões contraditórios” (Ibid. p. 26). E são justamente a liberdade e a igualdade, os dois valores mais contraditórios da sociedade individualista de massa, que a comunicação autêntica pode equilibrar (Id. 2004, p. 50), a partir do seu objetivo normativo, que é conviver e administrar as diferenças.



A esse conceito normativo e tal dimensão cultural da comunicação, acrescentam-se outras três importantes para seu estudo: a dimensão tecnológica, a organização econômica e a organização jurídica. Com relação às atuais condições tecnológicas da comunicação, verificamos a existência de importantes serviços interconectados de informação, telecomunicações e audiovisual. Esta interconexão é possível graças às redes e à digitalização, que permite a compressão dos dados para trocas rápidas. Já a organização jurídica é caracterizada por uma situação de desregulamentação e indefinições em geral, enquanto na organização econômica, o autor vê a oferta adiantada em relação à demanda. Para ele, a suposta urgência de satisfazer as necessidades de informação “instantânea” é válida somente para um segmento muito pequeno da população. Com relação ao aspecto cultural, que será mais bem discutido adiante, Wolton (2011) percebe que a superexposição criada pelas NTIC não torna somente as semelhanças mais visíveis, mas principalmente as diferenças, que podem dificultar a comunicação e mesmo suscitar reações perigosas contra o “outro”. Por conta disso, o autor chega à conclusão de que as mudanças não são tão significativas quanto à dimensão cultural e à ideia normativa da comunicação, a negociação da convivência, que possamos chamar o avanço das NTIC de uma “revolução” da comunicação.

Ao discurso que faz a equivalência entre revolução da tecnologia e da comunicação, Dominique Wolton (2004, 2007, 2011) dá o nome de ideologia técnica ou tecnicista. Tal ideologia é um conjunto de ideias e crenças que depositam nas NTIC o poder de transformar radicalmente a sociedade, sejam estas ideias provenientes de acadêmicos ou não.

A versão otimista da ideologia tecnicista “encarrega a tecnologia de resolver as contradições anteriores e facilitar o surgimento de uma sociedade livre, aberta e comunicacional”, enquanto a versão pessimista “prevê a instalação de um controle social, político ou policial totalitário” (Id. 2004, p. 62). Wolton se posiciona de forma crítica em relação a ambas as perspectivas, atacando qualquer tentativa de criar um modelo de sociedade a partir da técnica dominante ou de subordinar o sucesso da comunicação à performance das técnicas. Ele ironiza o fato de que “em vez de integrar as técnicas de comunicação em visões da sociedade mais vastas, pressupomos que são as técnicas que modificam as visões da sociedade” (Ibid. p. 78).

É inegável que as novas tecnologias afetam o funcionamento da economia e da política, por exemplo, mas não podemos dizer que, por essa razão, mudam a sociedade, mesmo porque as inovações técnicas são mais rápidas que as mudanças culturais e sociais. A



uma inovação tecnológica não corresponde necessariamente uma mudança na civilização, opinião compartilhada por Cebrián (1999, p. 31). Estabelecer continuidades e correspondências entre fenômenos de diferentes naturezas constitui, aliás, um mecanismo característico da ideologia (WOLTON, 2004, p. 325). No caso da comunicação, a situação fica ainda mais problemática porque ela parece reduzida às técnicas, afinal a tal “sociedade da informação” ou “sociedade da comunicação” remetem a mudanças tecnológicas e não à comunicação em si, que nunca foi tão complexa e mesmo difícil quanto atualmente. Segundo o autor, a ausência de uma cultura teórica da Comunicação explica, em parte, a ideia de que estamos passando por uma mudança radical da sociedade no ritmo das inovações tecnológicas.

Diante disso, ao propor uma análise da comunicação estabelecida por meio das NTIC, é necessário levar em conta que toda forma de comunicação constitui uma relação de forças e que, portanto, há ganhos e perdas, estas últimas nunca admitidas no interior da ideologia tecnicista. Se as novas tecnologias claramente poupam esforços, mudando a relação dos seres humanos com o tempo e o espaço, também implicam um custo que, de acordo com Wolton (Ibid. p. 329), pode ser financeiro ou antropológico, uma vez que a substituição de uma atividade humana por uma máquina suprime esta experiência. Estudar a comunicação significa, antes de compreender performances técnicas das ferramentas, admitir que se trata de uma questão cultural e não de racionalidade, e que, portanto, a comunicação é uma experiência humana essencialmente complexa e até mesmo contraditória.

Contradições da comunicação no estudo das novas tecnologias e cidadania

Refletindo sobre a dimensão cultural da comunicação, Wolton (2004) aponta contradições que não podem ser simplificadas no estudo das NTIC. Entre as contradições estão, por exemplo, as diferenças entre as ideias que veem a comunicação “triunfante” nos dias atuais e a realidade mais complexa e difícil da comunicação efetiva.

Para o autor, existe um limite estrutural para o tão proclamado desaparecimento do tempo e do espaço. As distâncias em si continuam intransponíveis, porque a experiência humana possui um caráter espacial insuperável. Quando passamos para a questão do tempo, este entendimento fica mais claro: o tempo pode ser abolido, sim, por meio das redes e dos dispositivos móveis, caracterizando a instantaneidade, mas a alteridade é



condição da comunicação, implicando na exigência não só de distância do outro, mas também de tempo para abordá-lo. Enquanto o tempo das técnicas é linear e racional, o do homem é descontínuo, diferenciado. A aproximação brutal e direta faz o outro parecer “ameaçador” (Ibid. p. 76), já que se perde território. Isso ocorre tanto a nível individual quanto coletivo, dificultando uma efetiva comunicação. Sobre a experiência do tempo, Cebrián (1999, p. 69) também discorre afirmando que o valor do esforço e o acúmulo de experiências não cabem na rede de computadores.

A comunicação que concorre para a cidadania esbarra, assim, em um primeiro obstáculo, que é a dificuldade de indivíduos e grupos de lidarem com as diferenças que são “escancaradas” pela internet. Não somente opiniões, mas as próprias concepções da realidade, sobre direitos e deveres, divergem e nada garante que haverá abertura para a negociação que a cidadania demanda. Pelo contrário, muitas vezes observamos nas redes sociais, por exemplo, pré-julgamentos, trocas de acusações, ofensas e opiniões não explicadas, o que descaracteriza o diálogo.

Na comunicação, também há contradição entre visibilidade e ação. Apesar da transparência política possibilitada pelos meios de massa e pelas NTIC, informação por si não cria conhecimento, não motiva ações e muito menos evita os conflitos. Atualmente, a guerra e a negligência política acontecem diante dos olhares do mundo e não é a abundância de informação que muda algo.

É interessante observar, nesse sentido, se existe uma relação entre as opiniões manifestadas pela internet, principalmente em redes sociais, e as ações dos governantes. A questão é: a opinião pública que se constrói por meio da internet tem influência sobre os poderes formais?

Outro ponto é a identificação equivocada de expressão e comunicação ou a equivalência entre informação e comunicação (WOLTON, 2011). A garantia da liberdade de expressão pelas democracias e a possibilidade de exercê-la amplamente por meio de diversos dispositivos tecnológicos não significa que haverá comunicação. Nas palavras de Wolton (2004, p. 80) “duas expressões nunca criaram um diálogo. Diálogo pressupõe vontade, tempo para escutar o outro, sem a certeza garantida de que haverá compreensão”.

Tomando isso como referência, podemos dizer, por exemplo, que as redes sociais conectadas pela internet não estabelecem comunicação melhor ou pior que a televisão. Enquanto nas redes pode haver muita expressão e pouca comunicação, o público telespectador, ao se identificar com os conteúdos televisivos, pode responder a ele não



necessariamente naquele momento, mas mais tarde, em outra situação e de variadas maneiras, como nas conversas com outros membros de sua comunidade. Esse processo é justamente o que constitui a comunicação e não o simples fato de se expressar instantaneamente para o potencial “mundo inteiro”.

Ao relativizar a comunicação por meio das novas tecnologias, Wolton busca também valorizar a comunicação generalista, realizada pela TV e pelo rádio para o grande público. De acordo com ele, não é porque o ouvinte/telespectador não “responde” imediatamente, como acontece pela internet, que ele deixa de ser um sujeito comunicativo com autonomia. A própria decepção quanto aos conteúdos televisivos, por exemplo, demonstra a liberdade crítica de seu público e, assim, seu potencial comunicativo.

No caso da comunicação estabelecida pela internet, diriam seus defensores incontestes, se o usuário não está satisfeito com determinado conteúdo, ele pode buscar o que quer entre uma variedade muito maior ou então reclamar de forma instantânea para seus produtores, graças à interatividade. Apesar de todas essas vantagens óbvias, Wolton considera que não há uma ligação inevitável entre volume de mensagens e diversidade de discursos em que o usuário insatisfeito possa navegar. Da mesma forma, afirma que muitas vezes a interatividade é somente a capacidade de se expressar, ou seja, não há resposta e, se houver, sua instantaneidade não colabora para uma comunicação efetiva. Segundo o autor, a comunicação precisa de tempo para que, depois da emoção, os indivíduos possam mobilizar a inteligência e seu sistema de valores, a fim de filtrar e relativizar mensagens, razão pela qual ele difere interatividade imediata de interatividade diferida ou adiada. Para ele, “o tempo demonstra ser uma condição estrutural da comunicação normativa” (WOLTON, 2004, p. 81).

No que diz respeito à comunicação para a cidadania, fica ainda mais evidente a necessidade de mobilização da inteligência e dos valores para tentar compreender os direitos e as demandas dos diferentes grupos da sociedade. Não basta “despejar” informação ou opinião sobre determinado tema da cidadania e esperar que, instantaneamente, haja comunicação, compartilhamento dos valores que orientam aquela questão.

Por fim, há contradições entre performance técnica e processo comunicativo que dizem respeito aos próprios limites da comunicação. A comunicação direta parece mais difícil à medida que se aperfeiçoa a comunicação midiaticizada. Isso porque a transparência e a superexposição de tudo e de todos pode não significar aproximação e, por vezes, suscita



até mesmo a rejeição. E mesmo na comunicação midiaticizada, Wolton (2004, p. 84) utiliza o “zapping”⁷ como exemplo de estratégia do telespectador para não entrar em contato com o que o incomoda, uma prática, aliás, semelhante ao que ocorre na web, graças à hipertextualidade.

No caso da web, a navegação extremamente ativa, que pula rapidamente de páginas, é uma prática já considerada inerente ao uso do ciberespaço e é levada em conta, inclusive, na produção de conteúdos. Este tipo de navegação pode significar talvez a dificuldade de se aprofundar nas informações e também nas relações estabelecidas com o outro por meio dela.

Também podemos nos questionar se não seria uma busca por algo que dê sentido ao presente, caracterizado atualmente pela sensação de indefinição. A dificuldade de encontrar referenciais move os indivíduos a buscar por notícias “de última hora” que não conseguem ler até o fim e, ao mesmo tempo, por elementos que as lembrem de um passado próximo. O “incontrolável desejo de passado” foi observado por Martín-Barbero (2006, p. 71) como sintoma de um mal-estar cultural gerado pela obsolescência acelerada e pelo enfraquecimento de nossos pretextos identitários. Para ele, esse mal-estar expressa a “necessidade de ancoragem temporária de algumas sociedades cuja temporalidade é sacudida brutalmente pela revolução informacional que dissolve as coordenadas espaço-territoriais de nossas vidas” (Ibid. p. 72).

Esta questão nos leva a outro elemento elencado por Wolton (2004, p. 84) como limite da comunicação, resumida na afirmação de que “não há comunicação sem incomunicação”, ou seja, sem ambiguidades, traduções, interpretações, adaptações, perda de sentidos e surgimento de novos significados. A eficácia da comunicação depende da expressão da identidade, do reconhecimento da alteridade e de uma cultura e valores comuns. Diante disso, é um mito imaginar que a comunicação entre indivíduos ou sociedades diferentes possa acontecer sem intermediários/ mediadores e sem tempo de abordagem, de forma instantânea, como parece permitir a internet. Se a rede mundial de computadores efetivamente permite a comunicação numa escala muito maior que os meios precedentes, o preço a se pagar é a redução da complexidade desta comunicação.

⁷ Prática do telespectador que consiste em mudar de canal televisivo sem se prender a nenhum ou até encontrar algo de seu interesse.



A Internet é o contrário de um modelo de comunicação universal, é o ideal da modernidade, que aliena aqueles que estão incluídos. Melhor dizendo, trata-se de um modelo de comunicação funcional que se apresenta como o ideal da comunicação normativa. Como se houvesse um elo entre a qualidade de uma comunicação e o número de usuários (Ibid. p. 86).

Os discursos da ideologia tecnicista se baseiam também na ideia de que quanto mais há informações circulando, mais a sociedade consegue se integrar em torno delas. Entretanto, conforme diz Wolton, nem indivíduos, nem sociedades se comunicam com tamanha racionalidade, porque entre intenção do emissor e recepção há inevitavelmente perdas e deformações. Contextos, valores e sentidos não podem ser comprimidos digitalmente, tornando as interpretações sempre diferentes.

Diante do que foi discutido até aqui, pode-se dizer que a comunicação possível de se estabelecer por meio da internet não é mais fácil ou melhor que as outras. Não é porque podemos interagir potencialmente com qualquer pessoa no planeta ou porque encontramos mais informações na rede, que ela permite uma comunicação autêntica e, mais ainda, eficiente para resolver problemas sociais ou de outra natureza.

Dênis de Moraes (2006) diz que, apesar das tecnologias permitirem novas modalidades de expressão, interação, memória, sociabilidade e até intervenção política, as ambivalências continuam existindo e, ao invés de esclarecer, podem confundir ainda mais. Claro que as NTIC possuem grande potencial de permitir formas de comunicação efetivas e autênticas, mas as contradições discutidas exigem que se tome uma perspectiva crítica para analisar o fenômeno.

Considerações finais

As interações nas redes sociais que tratam de temas da cidadania são um importante objeto de estudo para a Comunicação, uma vez que têm importância na formação da opinião pública sobre temas de interesse da sociedade.

Entretanto, a simples expressão de opiniões sobre tais temas não significa o estabelecimento automático da comunicação, no seu sentido mais normativo, que é a busca da convivência. É preciso vontade de dialogar, ou seja, na comunicação está implícito o objetivo de compreensão do outro. Ocorre que a instantaneidade, característica das interações pela internet, é paradoxal ao tempo que a abordagem do “outro” demanda.



Quando o assunto é cidadania, para que haja negociação simbólica entre as diferentes demandas da sociedade, é preciso muito mais que um canal de expressão para os cidadãos. A superexposição e o excesso de informações tornam mais visíveis não só o que há de comum, mas, principalmente, as diferenças, o que pode resultar em reações negativas ao outro. Se os indivíduos têm dificuldade em se comunicar com os outros e resistem às informações que os incomoda, quando o assunto é cidadania, as negociações entre as diferentes demandas tornam-se ainda mais complexas.

Também é preciso considerar que a incomunicação é um limite da comunicação e que, por isso, não é porque as redes sociais possibilitam interagir com qualquer pessoa, sobre qualquer assunto que haverá entendimento total entre os seus usuários.

Por fim, não se deve ignorar a exclusão majoritária da população da internet. Tal fenômeno certamente restringe a representatividade das vozes que se manifestam nas redes sociais, comprometendo a pluralidade dos diálogos que possam ser estabelecidos.

Referências bibliográficas

CEBRIÁN, Juan Luis. **A rede**. São Paulo: Summus, 1999.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas**. Jornalismo e cidadania. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. In: **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. Vol. VII, n. 3, set.-dez., 2005. p. 214-222.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Investigações quanto a uma categorias da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MAIGRET, Éric. **Sociologia da Comunicação e das mídias**. São Paulo: Senac, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MORAES, Dênis de. A tirania do fugaz: mercantilização cultural e saturação midiática. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.



_____. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. 2a ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. **É preciso salvar a comunicação.** São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Pensar a comunicação.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.